

EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO SURDO E O ENSINO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

INCLUSIVE EDUCATION OF THE DEAF STUDENT AND THE TEACHING OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE: AN ANALYSIS OF THE LITERATURE

Ana Claudia TENOR¹

RESUMO: O objetivo deste estudo foi analisar as produções científicas a respeito da educação inclusiva do aluno surdo e o ensino de Língua Brasileira de Sinais. O método adotado foi revisão de literatura e os descritores utilizados foram: educação inclusiva e língua brasileira de sinais. As bases consultadas foram Portal Periódico Capes, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino Americana e Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), plataforma de pesquisa EBSCO host e Google Scholar sobre o assunto de interesse publicado no período de 2003 a 2017. Foram encontrados 30 artigos nacionais e após a análise dos estudos foi feita a categorização destes em seis eixos temáticos: políticas públicas de inclusão de alunos surdos; inclusão de aluno surdo com a presença de intérprete de língua de sinais; trajetória educacional dos surdos e os movimentos surdos; formação de professores em Libras e para atuar com aluno surdo; concepção clínica e socioantropológica da surdez; o ensino da língua de sinais para surdos nas escolas. As pesquisas apontaram que apesar dos avanços nas políticas públicas educacionais para os indivíduos surdos ainda existem desafios para garantir uma educação bilíngue e um ensino de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Aluno Surdo. Língua Brasileira de Sinais

ABSTRACT: The objective of this study was to analyze scientific productions regarding inclusive education of the deaf student and the teaching of Brazilian Sign Language. The adopted method was literature review and the used descriptors were inclusive education and Brazilian sign language. The consulted databases were Capes Portal, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), EBSCO host research platform and Google Scholar on the subject of interest published in the period from 2003 to 2017. The researchers have found 30 national articles and carried out their studies analysis. The categorization were made into six thematic axes: public policies for the inclusion of deaf students; inclusion of deaf students with the presence of a sign language interpreter; educational trajectory of the deaf and the deaf movements; teacher training in Libras and work with deaf students; clinical and socio-anthropological conception of deafness and sign language teaching for the deaf in schools. Research has shown that, despite advances in public education policies for deaf individuals, there are still challenges to ensure bilingual education and quality education.

KEYWORDS: Inclusion. Deaf student. Brazilian Sign Language

1. INTRODUÇÃO

A educação de surdos é um tema polêmico desde seus primórdios. As comunidades surdas do Brasil, aliadas a pesquisadores atentos às necessidades de aquisição e desenvolvimento de linguagem das pessoas surdas, passaram a debater a importância de se ofertar uma educação em uma perspectiva bilíngue para esses indivíduos.

Lacerda, Albres e Drago (2013) evidenciaram que os resultados de debates, pressões e reivindicações da comunidade surda e acadêmica, resultaram na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005),

¹ Doutora em Educação. Faculdade Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP Campus de Marília/SP. Mestre em Fonoaudiologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fonoaudióloga da Secretaria Municipal de Educação de Botucatu/SP. E-mail: anatenor@yahoo.com.br

<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2019.v6n2.04.p47>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

o que é importante para nortear o atendimento escolar do aluno surdo com atenção a aspectos de abordagem bilíngue.

A Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002) reconhece a Língua Brasileira de Sinais- Libras, como sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, sendo de natureza viso-motora e possuindo estrutura gramatical própria. Com a finalidade de garantir o direito das crianças surdas à aquisição da língua de sinais, o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) regulamenta a Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002) e reforça a necessidade da inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de magistério, educação especial, fonoaudiologia, pedagogia e demais licenciaturas, da formação do professor de Libras e do instrutor de Libras, da formação do tradutor e intérprete de Libras- Língua Portuguesa.

Outro documento oficial que influencia as diretrizes políticas da educação e inclusão diz respeito à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, contemplando, ainda, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno ao da escolarização regular.

No entanto, esse documento tem recebido severas críticas por não aprofundar as ações relativas às especificidades de seu alunado-alvo. Tratando-se de surdos, uma das discussões diz respeito ao fato de não contemplar as condições linguísticas e culturais desses alunos.

É possível perceber que existe uma diferença significativa entre o que menciona a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) e o Decreto nº 5626/05 (BRASIL, 2005), no que diz respeito ao sentido da educação bilíngue para surdos.

Lodi (2013) destacou que o Decreto compreende educação bilíngue para surdos como uma questão social que envolve a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa, em uma relação intrínseca com os aspectos culturais determinantes e determinados por cada língua; a Política, por sua vez, reduz educação bilíngue à presença de duas línguas no interior da escola sem propiciar que cada uma assuma seu lugar de pertinência para os grupos que as utilizam, mantendo a hegemonia do português nos processos educacionais. Na opinião da autora essa diferença entre os sentidos dos conceitos de educação bilíngue e de inclusão nos dois documentos tem alimentado velhas tensões e inviabilizado o diálogo entre as proposições da Política de Educação Especial e do Decreto nº 5.626/05.

Diante dessas questões, o objetivo desta pesquisa foi analisar as produções científicas nacionais a respeito da educação inclusiva do aluno surdo e o ensino de Libras.

2. METODOLOGIA

Esse trabalho é um recorte do Trabalho de Conclusão do Curso de Pós- Graduação em Educação Especial e Inclusiva, intitulado “Contribuições da Libras para inclusão do aluno surdo”, elaborado por Tenor (2018). A metodologia adotada foi a revisão de literatura. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de artigos científicos, disponíveis nas bases de dados do Portal Periódico Capes, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino Americana e Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), plataforma de pesquisa EBSCO host e no Google Scholar sobre o assunto de interesse publicado no período de 2003 a 2017.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em Setembro de 2018 e os descritores utilizados foram: educação inclusiva e língua brasileira de sinais. Na primeira etapa foram identificados

os periódicos nas bases de dados consultadas, autoria, título do artigo e ano de publicação. Os critérios de inclusão dos artigos foram: artigos completos publicados em periódicos nacionais; artigos que abordassem a temática do estudo, dentro da área educação inclusiva de surdo e Libras publicados nos últimos 14 anos. Foram selecionados neste estudo 30 artigos nacionais.

Na segunda etapa foi realizada a leitura dos resumos dos artigos, a metodologia adotada e as conclusões dos estudos. Após a análise das pesquisas encontradas estas foram categorizadas em seis eixos temáticos conforme o assunto abordado: 1) Políticas públicas de inclusão de alunos surdos; 2) Inclusão do aluno surdo com a presença de intérprete de língua de sinais; 3) Trajetória educacional dos surdos e os movimentos surdos; 4) Formação de professores em Libras e para atuar com aluno surdo; 5) Concepção clínica e socioantropológica da surdez; 6) O ensino da língua de sinais para surdos nas escolas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentadas as análises e discussões dos 30 artigos encontrados e categorizados em seis eixos temáticos.

No quadro 1 que segue abaixo é possível perceber que foram encontrados 8 artigos que abordam a temática políticas públicas de inclusão de alunos surdos. Os artigos analisam como está ocorrendo o processo de inclusão do aluno surdo no ensino regular e denunciam algumas dificuldades especialmente no que diz respeito às necessidades linguísticas e educacionais desses alunos. Além disso, observa-se que há divergências entre a Política de Educação Especial e o Decreto 5626/05, no que diz respeito à interpretação de educação bilíngue.

Quadro 1- Políticas públicas de inclusão de alunos surdos

Autor/ano	Título do artigo
Quadros, 2003	Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão
Felipe, 2006	Políticas públicas para a inserção da LIBRAS na educação de surdos
Fernandes e Moreira, 2009	Desdobramentos político- pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos
Lacerda, Albres e Drago, 2013	Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo
Tenor et al., 2009	A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores de um município de São Paulo
Lodi, 2013	Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5626/05
Fernandes e Moreira, 2014	Política de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro
Streieichen et al, 2017	Pedagogia surda e bilinguismo: pontos e contrapontos na perspectiva de uma educação inclusiva

Fonte: Elaborado pela autora

No contexto de inclusão de surdos em escolas regulares, Quadros (2003) pontuou que o primeiro entrave diz respeito à questão da linguagem. A autora questionou como a escola vai garantir a aquisição da linguagem por meio da língua de sinais brasileira e salientou que é necessário pensar em quem serão os interlocutores das crianças surdas na escola comum, como garantir o acesso aos conhecimentos escolares por meio da Libras, a alfabetização na língua escrita e o ensino de português com estratégias baseadas em segunda língua.

Ao discorrer sobre a inclusão dos alunos surdos no ensino regular, os estudos advertiram que os mesmos não podem ser incluídos com alunos ouvintes nas salas regulares da maneira como vem ocorrendo na maioria das escolas públicas (FELIPE, 2006; FERNANDES; MOREIRA, 2009). Tenor et al. (2009) acrescentaram que a operacionalização de um projeto que assegure uma educação de qualidade aos alunos surdos no contexto educacional inclusivo ainda encontra obstáculos, faltam recursos humanos e materiais, principalmente quando se trata da inclusão pela língua de sinais, que requer um grande investimento na formação de professores.

Outro aspecto discutido na literatura é que existe uma diferença significativa entre o que menciona a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) e o Decreto nº 5626/05 (BRASIL, 2005), no que diz respeito ao sentido da educação bilíngue para surdos (LACERDA; ALBRES; DRAGO, 2013; LODI, 2013).

Streiechen et al. (2017) destacaram que a política do MEC preconiza que os alunos surdos estudem junto com alunos ouvintes, porém as barreiras comunicativas encontradas por toda a comunidade escolar impede que o processo de ensino/aprendizagem, de fato, ocorra.

Dessa forma Fernandes e Moreira (2014) consideraram que as classes e escolas bilíngues para surdos são necessárias para uma educação verdadeiramente inclusiva, revolucionária, no sentido de superar o mero respeito às diferenças, especulado pela igualdade de tratamento jurídico como bem tutelado pelo Estado, em direção a real emancipação social dos estudantes e trabalhadores surdos brasileiros.

O quadro 2 apresenta 5 artigos que discorrem sobre o contexto da inclusão do aluno surdo com a presença do intérprete de Libras. A literatura tem apontado que a simples inserção deste profissional em sala de aula não garante uma inclusão efetiva e o processo de ensino-aprendizagem a esses alunos. Na opinião dos pesquisadores além da presença do intérprete de Libras é necessário pensar também em adequações curriculares e no uso de estratégias de ensino diferenciado a esses indivíduos.

Quadro 2- Inclusão de aluno surdo com a presença de intérprete de língua de sinais

Autor/ano	Título do artigo
Lacerda, 2006	A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência
Lacerda, 2007	O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo
Dorziat e Araújo, 2012	O intérprete de língua de sinais no contexto da educação inclusiva: o pronunciado e o executado
Oliveira, 2012	Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras
Zancanaro Júnior e Zancanaro, 2016	A atuação dos intérpretes de Libras com educandos surdos no ensino fundamental

Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudos de Lacerda (2006; 2007) alertaram que a simples presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de providências para que esses alunos sejam atendidos adequadamente, tais como: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos a serem adotados, conhecimentos sobre a surdez e a língua de sinais, entre outros.

Dorziat e Araújo (2012) buscaram problematizar o papel do Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais (TILS) no espaço de escolarização com estudantes surdos incluídos. As autoras

observaram que a divisão de atribuições no atendimento aos estudantes surdos era inadequada, por várias razões. Entre elas, pela ausência de um planejamento prévio entre os profissionais atuantes em sala de aula e pela responsabilização de um só profissional, no caso o TILS, dos eventuais progressos ou fracassos dos surdos, o que representava uma simplificação da questão. Face ao exposto, fica patente a necessidade de inserir as políticas inclusivas em um projeto maior da escola, que envolva todos os profissionais, desde a gestão, a coordenação pedagógica, os professores e a equipe técnica multidisciplinar, fato inexistente nas escolas pesquisadas.

Oliveira (2012) conduziu entrevistas no contexto educacional inclusivo junto a professores de alunos surdos, pedagogos, intérprete de libras, alunos surdos, alunos ouvintes e familiares dos alunos surdos. A autora percebeu que faltam informações tanto aos professores como aos alunos em relação à surdez e sobre aprendizagem dos alunos surdos. As famílias dos alunos surdos reconhecem a importância do trabalho do intérprete de libras, no entanto destacam a necessidade de o governo investir mais em cursos na área da surdez e libras tanto para os professores quanto aos funcionários da escola e também para os alunos ouvintes e para os familiares dos surdos.

Junior Zancanaro e Zancanaro (2016) consideram que a circunstância do surdo não ser fluente em Língua de Sinais não seria um problema tão grave se a escola tivesse uma estrutura para ensinar a Língua de Sinais como primeira língua e com a presença de professores surdos e bilíngues. Na opinião dos autores poderia ser proposto às escolas que possuem salas de aula inclusivas com alunos surdos, a implementação da Libras como disciplina curricular, da mesma forma que se tem a língua inglesa por exemplo, ampliando as possibilidades de comunicação e interação da pessoa surda, evitando prejuízos no processo de aquisição da linguagem.

No eixo 3 “Trajetória educacional dos surdos e os movimentos surdos” foi identificado sete artigos que discutem a história da educação dos surdos e os movimentos surdos no Brasil. Os estudos revelaram que apesar da luta da Comunidade Surda pelo respeito e aceitação como grupo cultural distinto, ainda há dificuldades e desafios na implementação de políticas públicas educacionais que respeitem as diferenças linguísticas dos surdo.

Quadro 3- Trajetória educacional dos surdos e os movimentos surdos

Autor/ano	Título do artigo
Monteiro, 2006	História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil
Thomas e Klein, 2010	Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil
Campello e Rezende, 2014	Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro
Piconi, 2014	Teaching Languages to Deaf Students in Brazil at the Intersection of Discourses
Beltrami e Moura, 2015	A educação do surdo no processo de inclusão no Brasil nos últimos 50 anos (1961- 2011)
Agnes et al., 2016	Um estudo sobre a educação do sujeito surdo na rede estadual de educação de Foz do Iguaçu- Paraná
Ribeiro e Silva, 2017	Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural

Fonte: Elaborado pela autora.

A história educacional dos surdos no Brasil vem sendo debatida por pesquisadores da área. Piconi (2014) chamou a atenção para a necessidade de reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais do surdo no contexto brasileiro. Na opinião do autor essas questões estão no centro das iniciativas que visam expandir a participação de surdos e seu reconhecimento no contexto social.

É notório que a educação desses sujeitos sofreu um embasamento teórico muito forte ligado a um diagnóstico errado, declarando ser o surdo uma pessoa deficiente para a sociedade.

Beltrami e Moura (2015) realizaram um levantamento do processo histórico da educação dos surdos no Brasil, visando discutir os tipos de linguagem, a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sua influência na formação dos surdos, refletindo por fim a educação inclusiva. Os autores identificaram as complicações da falta dessa língua ou do aprendizado tardio da mesma, ressaltando a importância da língua na relação professor e aluno e a inclusão do surdo.

Monteiro (2006) analisou alguns aspectos da história da comunidade surda no Brasil, incluindo fatos que construíram e ainda constroem sua trajetória de lutas pelos seus direitos políticos e educacionais. A autora considerou que foram os momentos mais difíceis até hoje e espera que a sociedade brasileira reflita e respeite mais as opiniões próprias da Comunidade Surda. Por outro lado, a autora alertou que a Comunidade Surda deve vencer as barreiras da “submissão” imposta pelos ouvintes. Além disso, é preciso resistir a todo e qualquer termo inventado por ouvintes alheios à Identidade e à Cultura Surda, para que se evitem transtornos futuros na vida dos surdos.

De fato observa-se que no decorrer da história educacional dos surdos, a Comunidade Surda vem lutando para que seja aceita e respeitada como um grupo pertencente a uma minoria linguística.

Agnes et al. (2016) conduziram um estudo a partir de uma revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada com gestores e alunos surdos de três colégios inclusivos da cidade de Foz do Iguaçu. Os dados obtidos no decorrer da pesquisa apontaram que apesar da luta constante da Comunidade Surda pelo respeito e aceitação como grupo cultural distinto, ainda há uma dificuldade muito grande de desenvolvimento da inclusão dos surdos com base no respeito a suas diferenças.

Nesse contexto, Ribeiro e Silva (2017) refletiram sobre o processo de escolarização dos sujeitos surdos que tem sido marcado por fracasso e evasão escolar. As autoras coletaram narrativas de quatro surdos, na idade entre 19 a 29 anos, em sessões clínicas, estruturadas por equipe profissional multidisciplinar composta por pedagogo, psicóloga e intérprete. As narrativas analisadas detiveram-se nas práticas pedagógicas, apontando três eixos de análise: (a) o papel da língua no processo de ensino-aprendizagem, (b) a atuação do intérprete de língua de sinais em sala de aula e (c) dificuldades decorrentes da aprendizagem baseada exclusivamente na escrita e na oralidade. Concluiu-se que é necessário pensar o processo de inclusão do surdo a partir do respeito à sua condição bilíngue.

Face ao exposto, as políticas públicas educacionais voltadas aos indivíduos surdos precisam ser reestruturadas de forma que atendam as suas necessidades linguísticas.

Thomas e Klein (2010) analisaram a trajetória dos movimentos surdos, do Estado do Rio Grande do Sul, e as implicações de suas experiências escolares, bem como de suas ações

no contexto das lutas dos surdos no país. As autoras concluíram que as políticas e práticas pedagógicas capazes de atender às necessidades e aos anseios manifestados pela comunidade surda ainda precisam ser construídas, pautadas por outros olhares sobre os surdos, constituindo outros modos de fazer essa educação, de ser professor de surdos e de ser surdo nas suas múltiplas possibilidades identitárias.

Como se percebe as questões linguísticas e culturais tem sido o foco das discussões. Campello e Rezende (2014) apresentaram a trajetória histórica do Movimento Surdo em defesa das Escolas Bilíngues para Surdos, ao longo dos últimos anos, quando da iminente ameaça de fechamento da escola centenária, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 2011, provocando uma mobilização sem precedentes para a inclusão das Escolas Bilíngues para Surdos no Plano Nacional de Educação – PNE, hoje sancionado pela Lei 13.005/2014. Na opinião das autoras é importante lutarmos por uma Política Nacional de Educação Bilíngue condizente para a formação da Identidade Linguística da Comunidade Surda, garantida pela Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece a importância da Língua de Sinais e da Cultura Surda para as Pessoas Surdas.

A seguir no quadro 4, será apresentado 3 estudos que discutem a necessidade de maiores investimentos na formação de professores da educação básica e também nos cursos de Pedagogia para que esses profissionais adquiram domínio em Libras além de conhecimentos sobre a alfabetização de crianças surdas e assim estejam capacitados para atuarem com esses alunos.

Quadro 4- Formação de professores em Libras e para atuar com aluno surdo

Autor/ano	Título do artigo
Misseno e Carvalho, 2005	Curso de Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS on- line: relato de experiências
Gonçalves e Festa, 2013	Metodologia do professor no ensino de alunos surdos
Conceição e Martins, 2016	Educação Bilíngue de surdos e a possível contribuição da formação em pedagogia: desafios atuais

Fonte: Elaborado pela autora.

As pesquisas têm apontado a importância do domínio da Língua de Sinais por professores da educação básica como um dos fatores que contribuem para a inclusão educacional das pessoas com surdez (MISSENO; CARVALHO, 2005).

Gonçalves e Festa (2013) conduziram uma pesquisa com o objetivo de conhecer a realidade dos procedimentos metodológicos utilizados para alunos Surdos de uma escola regular de Curitiba. Observaram as práticas e estratégias metodológicas dos professores, no planejamento das aulas para obter um panorama do ensino atual. Para os autores as escolas além de inclusivas e garantir os recursos necessários ao aluno Surdo, precisam de professores capacitados e comprometidos com a educação de todos.

Ao analisar os cursos de formação de professores dos anos iniciais, Conceição e Martins (2016) problematizaram a formação de pedagogos no que concerne a proposta curricular oferecida nas Universidades Federais do Estado de São Paulo. As autoras observaram que os cursos de formação de professores dos anos iniciais mantêm a lógica da educação inclusiva. As representações da surdez enquanto deficiência e da língua de sinais como instrumento influenciam as políticas formativas, tais como: carga-horária mínima para a disciplina de Libras e nenhum direcionamento para a alfabetização de crianças surdas. Tal perspectiva na opinião

das autoras fomenta a proposta de educação de surdos baseada pelo atendimento educacional especializado (AEE) e não pela lógica de salas bilíngues, Libras/ Língua Portuguesa.

Segue abaixo o quadro 5 no qual serão analisados 4 artigos que debatem sobre a concepção clínica e socioantropológica da surdez. Cabe esclarecer que primeira considera a surdez como uma doença que necessita ser tratada e curada, a segunda advoga que a surdez deve ser vista como uma diferença a ser respeitada.

Quadro 5- Concepção clínica e socioantropológica da surdez

Autor/ano	Título do artigo
Gesser, 2008	Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica de paradigmas
Nunes et al., 2015	Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues
Martins, 2016	Educação de Surdos e Proposta Bilíngue: ativação de novos saberes sob a ótica da filosofia da diferença
Carvalho e Martins, 2016	Anúnciação e insurreição da diferença surda: contra- ações na biopolítica da educação bilíngue

Fonte: Elaborado pela autora.

A literatura apontou que as representações e os discursos no contexto da surdez baseados em modelos conceituais opostos consiste em uma forma reducionista de se olhar o surdo e a surdez.

Gesser (2008) evidenciou que as representações e os discursos no contexto da surdez têm se delimitado em modelos conceituais opostos: modelo clínico versus modelo socioantropológico. Para a autora esta forma dicotômica e reducionista de se olhar o surdo e a surdez faz com que novas propostas e narrativas pedagógicas possam também ser mascaradas, criando-se um falso consenso de mudança, impedindo-nos de tratar tais indivíduos e temas em suas complexidades, multiplicidades, ambiguidades, irregularidades, contradições, ambivalências e tensões.

Conforme apontaram Carvalho e Martins (2016) no campo da surdez, sobretudo na visão antropológica, há uma constante luta dos movimentos surdos pela desvinculação da pessoa surda dos discursos da deficiência. Para as autoras esse processo não considera a surdez como uma condição de ineficiência corporal, mas como uma diferença linguística do surdo.

Nunes et al. (2015) discutiram as duas propostas educacionais (clínico- terapêutica e socioantropológica) e buscaram localizar a reflexão para além da patologia em busca de uma escolarização que permita ao surdo a experiência formativa que a escola deve oferecer a todos. Nesse sentido discutiram a educação inclusiva e a escola bilíngue. Os autores concluíram que as políticas públicas que valorizem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) tanto nos espaços escolares como nos demais espaços sociais seriam um caminho para que o aluno surdo não tivesse acesso a Libras apenas na escola.

Martins (2016) analisou a filosofia francesa e surdez, a partir dos constructos dos autores Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault, no que tange a ação conceitual e criativa da filosofia da diferença. A autora considerou que os surdos são marcados por uma experiência visual distinta da do ouvinte, e têm a necessidade de constituírem-se por meio de uma língua visual- gestual, a língua brasileira de sinais. A autora apontou que isso tem

marcado a petição de uma educação bilíngue no Brasil: língua brasileira de sinais (Libras) e língua portuguesa.

No quadro 6 serão apresentados 3 artigos que discutem a respeito da importância do ensino de língua de sinais aos alunos surdos e consideram que o bilinguismo para esses indivíduos ocorre por meio do ensino da língua brasileira de sinais como primeira língua e da língua portuguesa como segunda língua.

Quadro 6- O ensino da Língua de Sinais para surdos nas escolas

Autor/ano	Título do artigo
Barboza, 2011	A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social de surdos no sistema educacional
Barboza et al., 2015	A importância da aprendizagem de Libras para a formação de professores bilíngues dentro de uma perspectiva inclusiva
Macedo e Matsumoto, 2015	Aquisição da língua de sinais: a língua portuguesa escrita por crianças surdas

Fonte: Elaborado pela autora.

Barboza (2011) discutiu a importância de a escola oferecer aos alunos e demais pessoas da comunidade escolar o ensino da Libras para uma comunicação entre ouvintes e surdos de forma inclusiva no convívio escolar, não reduzindo a inclusão apenas a presença de intérpretes. O autor concluiu que, para tornar possível a inclusão entre surdos e ouvinte, é necessário conhecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a importância da presença de profissionais surdos no contexto escolar para que os alunos surdos tenham mais fluência de sua língua (Libras) e tenham contato com sua cultura, reconhecendo-se por meio do outro e expandindo a Libras, garantida pela Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.

Barboza et al. (2015) conduziram entrevistas semiestruturadas realizadas em Libras com os alunos surdos, fazendo um levantamento dos aspectos importantes para sua inclusão em escolas regulares, enfocando ainda a necessidade do domínio da Libras pelo professor para um melhor desempenho curricular e convívio escolar desse público. Os resultados evidenciaram que o professor bilíngue possui maior acesso aos alunos surdos, compreende com maior facilidade sua cultura e seu mundo, responde as suas dúvidas e detém a confiança de seus alunos, podendo exercer então, de modo pleno, suas propostas pedagógicas. Os alunos podem comunicar a esse professor suas dúvidas, medos e interesses, gerando um ambiente de intensa troca de ideias, cultura, informações que só virão a somar ainda mais na vida desse aluno, do professor e de toda a escola.

Ao discutir o processo de aquisição da Língua Portuguesa e da Língua de Sinais pelo aluno surdo e sua relação no ambiente escolar, Macedo e Matsumoto (2015) evidenciaram que apenas inserção da Libras não é suficiente. Os autores consideraram que a Língua de Sinais deverá passar a ser compreendida no currículo e no programa escolar, apontando para o atendimento das diferenças das línguas, reconhecendo-as de fato. Nesse sentido, a Libras estabelece-se como primeira língua do surdo e a Língua Portuguesa como segunda língua.

4. CONCLUSÃO

Foi possível identificar maior número de artigos que discutem o tema políticas públicas de inclusão de alunos surdos, sendo encontradas oito publicações. As pesquisas evidenciaram que houve avanços nas políticas públicas educacionais, no sentido do reconhecimento dos direitos linguísticos dos surdos, mas ainda existem entraves no contexto de inclusão de surdos para garantir a aquisição da língua brasileira de sinais. Além disso, observa-se que há divergências entre os documentos oficiais, o que tem gerado distorções no entendimento dos diversos estados e municípios a respeito da educação bilíngue. Isso tem um impacto nos modelos educacionais que são ofertados a esses alunos de forma que seja possível assegurar a aquisição de uma língua, a permanência do surdo no ensino regular e seu processo de aprendizagem.

A trajetória educacional dos surdos e os movimentos dos surdos foi o segundo tema mais pesquisado, encontrando-se sete publicações. Esses estudos revelaram que apesar da luta da comunidade surda para que a mesma seja aceita como grupo cultural distinto ainda existe desafios na implementação de políticas públicas educacionais que respeitem as diferenças linguísticas do surdo.

Foram encontrados cinco artigos que discutem sobre o contexto da inclusão de surdo com a presença do intérprete de língua de sinais. As pesquisas apontaram que a simples inserção deste profissional em sala de aula não garante uma inclusão efetiva, pois além da presença do intérprete de libras é necessário pensar também na oferta de adequações curriculares bem como no uso de estratégias de ensino diferenciado a esses alunos.

O tema concepção clínica e socioantropológica da surdez foi encontrado em quatro artigos. Foi possível perceber que os modelos conceituais opostos (modelo clínico versus modelo socioantropológico) implicam na constante luta dos movimentos surdos pela desvinculação da pessoa surda dos discursos da deficiência, por políticas públicas que valorizem a Libras e pela oferta de uma educação bilíngue no Brasil.

A temática o ensino da língua de sinais para alunos surdos foi identificada em três estudos. Essas pesquisas destacaram a importância de a escola oferecer aos alunos surdos o ensino de libras no contexto educacional inclusivo. Os estudos pontuaram também que apenas a inserção da Libras não é suficiente, sendo necessário que a mesma seja inserida no currículo e no programa escolar, reconhecendo de fato as diferenças linguísticas.

Como se percebe por meio da literatura analisada neste trabalho o ensino de Libras beneficia o aluno surdo no contexto educacional inclusivo, mas ainda existem muitos desafios para que se tenha uma educação bilíngue de forma a garantir ao aluno surdo um ensino de qualidade.

Seria interessante em estudos futuros investigar como está ocorrendo a inclusão de alunos surdos e o ensino de língua de sinais em outros países, pesquisando artigos da literatura internacional.

REFERÊNCIAS

- AGNES, J.S. et al. Um estudo sobre a educação do sujeito surdo na rede estadual de educação de Foz do Iguaçu- Paraná. *HOLOS*, ano 32, v. 8, p. 338- 354,2016.
- BARBOSA, L.R.S. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social de surdos no sistema educacional. *Revista Pholophonía*, v. 22, jan/jun, p. 174- 187, 2011.

BARBOZA, C.F.S. et al. A importância da aprendizagem de Libras para a formação de professores bilíngues dentro de uma perspectiva inclusiva. *Revista Espaço*, p. 192-218, 2015.

BELTRAMI, C.M.; MOURA, M.C. A educação do surdo no processo de inclusão no Brasil nos últimos 50 anos (1961-2011). *Revista Eletrônica de Biologia*, v. 8, n. 1, p. 146-161, 2015.

BRASIL. Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10.436.htm>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dez. 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 04 set. 2018

_____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2018.

CAMPELLO, A.R.; REZENDE, P.L.F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista*, n. 2, p. 71-92, 2014.

CARVALHO, A.F.; MARTINS, V.R.O. Anúnciação e insurreição da diferença surda: contra- ações na biopolítica da educação bilíngue. *Childhood & Philosophy*, v, 12, n. 24, mai.-ago., p. 391- 415, 2016.

CONCEIÇÃO, B.S.; MARTINS, V.R.O. Educação bilíngue de surdos e a possível contribuição da formação em pedagogia: desafios atuais. *Educação, Cultura & Comunicação*, v. 8, n. 2, p. 1-26, 2016.

DORZIATT, A.; ARAÚJO, J.R. O intérprete de língua de sinais no contexto da educação inclusiva: o pronunciado e o executado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 3, p. 391-410, Jul.-Set., 2012.

FELIPE, T.A. Políticas públicas para a inserção da LIBRAS na educação de surdos. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 25, jan.-jun., p. 34-47, 2006.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L.C. Desdobramentos político- pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 225-236, mai.-ago, 2009.

FERNADES, S.; MOREIRA, L.C. Política de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. *Educar em Revista*, n. 2, p.51-69, 2014.

GESSER, A. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica de paradigmas. *Trabalho Linguística Aplicada*, v. 47, n. 1, p.223-239, jan.-jun., 2008.

GONÇALVES, H.B.; FESTA, P.S.V. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. *Ensaio Pedagógicos*, p. 1-13, 2013.

JUNIOR ZANCANARO, L.A.; ZANCANARO, T.M.L. A atuação dos intérpretes de Libras com educandos surdos no ensino fundamental. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 29, n. 54, p.83-94, jan.-abr., 2016.

LACERDA, C.B.F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 26, n. 69, p.163-184, Mai-Ago., 2006.

_____. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 13, n. 2, p. 257-280, Mai-Ago.,2007.

- _____. ; ALBRES; DRAGO. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.39, n.1, p. 65-80, jan.-mar., 2013.
- LODI, A.C. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5626/05. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n.1, p.49-63, jan.-mar., 2013.
- MACEDO, A.R.R.; MATSUMOTO, A.S. Aquisição da língua de sinais: a língua portuguesa escrita por crianças. *Revista SOLETRAS*, n. 30, p. 206- 220, jul.-dez.,2015.
- MARTINS, V.R.O. Educação de Surdos e Proposta Bilíngue: ativação de novos saberes sob a ótica da filosofia da diferença. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 713-729, jul.-set., 2016.
- MISSENO, E.; CARVALHO, R.M.A. Curso de Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS on- line: relato de experiências. *Colabor@- Revista Digital da CVA- Ricesu*, v.3, n. 9, P. 1-6, 2005.
- MONTEIRO, M.S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. *ETD- Educação Temática Digital*, v. 7, n. 2, p. 295-305,2006.
- NUNES, S.S. et al. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 19, n. 3, p.537-545, set.-dez., 2015.
- OLIVEIRA, F.B. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. *Diálogos & Saberes*, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 93-108, 2012.
- PICONI, L.B. Teaching Languages to Deaf Students in Brazil at the Intersection of Discourses. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 881-904, 2014.
- QUADROS, R.M. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. *Ponto de Vista*, Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003.
- RIBEIRO, C.B.; SILVA, D.N.H. Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, v. 33, p. 1-8, 2017.
- STREIECHEN, E.M. et al. Pedagogia surda e bilinguismo: pontos e contrapontos na perspectiva de uma educação inclusiva. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 39, n.1, p.91-101, Jan.-Mar., 2017.
- TENOR, A.C., et al. A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores de um município de São Paulo. *Revista Distúrbios da Comunicação*, v. 21, n. 1, p. 7-14, abr, 2009.
- _____. *Contribuições da Libras para a inclusão do aluno surdo*. 2018. 18 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós- Graduação em Educação Especial e Inclusiva – Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade do Norte do Paraná, 2018.
- THOMA, A.S.; KLEIN, M. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 36, p. 107-131, mai.-ago, 2010.

Recebido em: 28 de março de 2019

Modificado em: 02 de agosto de 2019

Aceito em: 26 de agosto de 2019